



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO ESPECIAL Nº 1856310 - SP (2020/0002698-4)

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADOS : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202  
SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477

RECORRIDO : BRUNO ROSETTE

RECORRIDO : CELSO CRISPIM

RECORRIDO : GENI DA COSTA LEAO

RECORRIDO : IRENE OTILIA DA SILVA

RECORRIDO : JOSE RODRIGUES NUNES

RECORRIDO : JOAO ASTORGA PRIMO

RECORRIDO : JOAO GOMES DE GOIS

RECORRIDO : JOSE ALBERTINO DA SILVA

RECORRIDO : JOSE MANOEL GONCALVES

RECORRIDO : LUIZ ROQUE DA SILVA FREITAS

RECORRIDO : LUCIO TEODORO

RECORRIDO : LOURIVAL FELICIANO DA SILVA

RECORRIDO : MARIO JOSE PARIZOTO

RECORRIDO : MANOEL JULIO MERGULHAO

RECORRIDO : NELSON CRISTINO DE OLIVEIRA

RECORRIDO : SERGIO BETTANIN

RECORRIDO : VICENTE CAPALDI

ADVOGADO : RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212

AGRAVANTE : BRUNO ROSETTE

AGRAVANTE : CELSO CRISPIM

AGRAVANTE : GENI DA COSTA LEAO

AGRAVANTE : IRENE OTILIA DA SILVA

AGRAVANTE : JOSE RODRIGUES NUNES

AGRAVANTE : JOAO ASTORGA PRIMO

AGRAVANTE : JOAO GOMES DE GOIS

AGRAVANTE : JOSE ALBERTINO DA SILVA

AGRAVANTE : JOSE MANOEL GONCALVES

AGRAVANTE : LUIZ ROQUE DA SILVA FREITAS

AGRAVANTE : LUCIO TEODORO

AGRAVANTE : LOURIVAL FELICIANO DA SILVA

AGRAVANTE : MARIO JOSE PARIZOTO

AGRAVANTE : MANOEL JULIO MERGULHAO

AGRAVANTE : NELSON CRISTINO DE OLIVEIRA

AGRAVANTE : SERGIO BETTANIN

AGRAVANTE : VICENTE CAPALDI

ADVOGADO : RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212

AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

ADVOGADOS : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202

## DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS e de agravo em recurso especial interposto por BRUNO ROSETTE e OUTROS, nos quais se discute, dentre outras matérias, a competência para julgamento de processos relativos a contrato de seguro habitacional vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação e coberto pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, bem como acerca do interesse jurídico da Caixa Econômica Federal – CEF na lide.

Em 05/10/2018, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, nos autos do RE 827.996/PR, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

Ressalte-se que o reconhecimento da repercussão geral sobre o tema influencia diretamente na discussão acerca da competência para processar e julgar os feitos desta natureza, tornando por ora inócua a apreciação, por esta Corte Superior, dos recursos que versam sobre a controvérsia.

Isso porque a definição acerca do interesse jurídico da CEF nas lides desta natureza e, via de consequência, da competência para o julgamento e processamento dos respectivos processos poderá implicar na nulidade de todos os atos processuais praticados pela Justiça Estadual ou Justiça Federal.

Destarte, por medida de economia processual, e também para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e este STJ, impõe-se a devolução dos autos – cuja questão é objeto de debate – à Corte local, para que lá aguardem o desfecho do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.

Forte nessas razões, DETERMINO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que lá permaneçam suspensos até a publicação do acórdão a ser proferido no RE 827.996/PR, observando-se o disposto nos arts. 1.039 e 1.040, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora